

## **Relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica**

Prof. Dr. Eli Alves Penha  
UERJ/IBGE/ESG

### **Apresentação**

O objetivo principal deste texto consiste em contribuir para a discussão sobre a perspectiva de formação da bacia econômica no Atlântico Sul, tendo como eixo de análise a questão das relações do Brasil com a África.

Do ponto de vista geográfico o conceito de bacia aqui utilizado tem três significados principais: um de natureza fisiográfica – como área geográfica marítima que banha dois ou mais continentes –; um de natureza econômica – caracterizado pela existência de fluxos comerciais cuja intensidade denota o grau de interações existentes –; e outro de natureza geopolítica – as ações dos estados costeiros e suas projeções de poder no mar, o que envolve necessariamente determinados níveis de conflitos e também formação de alianças com vistas à cooperação regional.

Quanto à delimitação adotou-se uma regionalização de conteúdos geográfico e estratégico cujo limite Norte é definido por uma linha que se estende do Amapá até a Mauritània, contornando o arquipélago de Cabo Verde, e ao Sul pelo Tratado da Antártida.

Em termos de abordagem, adotarei neste texto a corrente realista da política internacional, histórica e prospectiva, privilegiando fenômenos que identificam os conflitos e alianças que configuram o quadro geopolítico do Atlântico Sul em diferentes períodos históricos. Em cada um destes períodos, as diferentes perspectivas geopolíticas e o entrelaçamento entre elas, atribuiu ao Atlântico Sul concepções próprias relacionadas às idéias de “bacia”, “rota marítima” e “vazio de poder”.

A Evolução Histórica das Relações Brasil-África e os Sistemas de Poder no Atlântico Sul, desde o Comércio Atlântico Português até o Advento da “Pax Britannica”.

Um primeiro eixo de análise corresponde ao início do comércio atlântico português, centrado no comércio de escravos e de mercadorias diversas. O comércio de escravos da África iniciou-se em 1554 para propiciar o desenvolvimento da produção açucareira e, ao mesmo tempo, servir como medida para subordinar os territórios coloniais de ambas as margens do Atlântico Sul à política da Coroa portuguesa, sobretudo através do controle do fluxo de mão-de-obra a partir de Angola, a principal fornecedora de escravos para o Brasil. Nestas circunstâncias, o comércio negreiro, ao permitir a reprodução da produção colonial, seria um instrumento decisivo para a elaboração do edifício colonial português no Atlântico Sul, baseado na *plantation*” e no trabalho escravo (ALENCASTRO, 1985-6).

O comércio atlântico português centrado nas relações Brasil-África contribuiu para formar uma bacia de dimensões oceânicas facilitando a fixação, sobre este comércio, de capitais e equipamentos de navegação, reduzindo-se com isso, os custos do transporte no Atlântico

Sul. Os principais eixos do comércio sul-atlântico eram entre a Bahia e o Golfo da Guiné e entre o Rio de Janeiro e Angola/Congo.

O comércio atlântico era de tal modo importante para o Brasil que, no processo de consolidação da Independência, houve projetos de incorporar as colônias africanas numa única unidade política de dimensões sul-atlântica (RODRIGUES, 1961).

Nesse contexto, o novo Império brasileiro iria se defrontar com o expansionismo marítimo e comercial da Grã-Bretanha, interessada na conquista de novas áreas para suprimento de matérias-primas e de mercados para os seus produtos manufaturados. Os britânicos tinham por meta remover os obstáculos à sua supremacia na região e controlar as rotas comerciais em direção à Índia, sua colônia mais rica e preciosa (BUTEL, 1997). As ações britânicas provocariam um afrouxamento dos fluxos comerciais no Atlântico Sul, centrado nas relações Brasil-África, e acentuaria a sua condição de rota marítima secundária, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX com a abertura de Suez (1867) e Panamá (1914). (COUTAU-BÉGARIE, 1985).

A abertura de Suez e Panamá representou um ponto de clivagem operacional e conceitual: a marginalização do Atlântico Sul como rota, o fim do comércio Brasil-África e a colonização do continente foram eventos que contribuíram para caracterizar o Atlântico Sul como “vazio de poder”. Este “vazio” era decorrente das dificuldades econômicas e logísticas dos países da região, em afrontar a “Royal Navy” até então senhora absoluta dos mares, nos marcos internacionais da “pax britannica”.

A partir daí, e por todo o século XX (inclusive o período da “guerra fria”), o Atlântico Sul iria se converter numa espécie de “reserva estratégica” do Ocidente, na qual os dispositivos militares implementados na região (os Acordos de Simonstown e TIAR- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) seriam acionados caso houvesse qualquer ameaça de obstrução nos fluxos do comércio ocidental de Suez e Panamá. Estes mecanismos eram uma forma de enquadrar os países sul-atlânticos às políticas de segurança hemisférica ocidental (no contexto da bipolaridade Leste-Oeste), estabelecidas através de acordos bilaterais.

Este enquadramento vertical impediria a percepção do Atlântico Sul, por parte dos países da região, como elemento integrador o que em tese dificultava a construção de processos integrativos entre ambas as margens. Contudo, esta noção de “vazio de poder” ou de palco marginal na geoestratégia global, consubstanciou uma dimensão estratégica por si mesma: o fato de ser a menos militarizada das bacias oceânicas, contribuiu para que as forças internas se sentissem livres para se desenvolverem. Sobretudo entre os principais países da região (África do Sul, Argentina, Brasil e Nigéria), o desenvolvimento de políticas de potência regional, demonstrou formas de ocupação estratégica em relação direta com seus interesses políticos, militares e econômicas na região (VIGARIE, 1990:296-7).

Para estes países, e o Brasil em particular, o Atlântico Sul, no contexto da guerra-fria, adquiriu um valor próprio fundado na proximidade geográfica e na tradição histórica, o que facilitaria a promoção de interações regionais independentes das grandes potências. A

síntese normativa que prevaleceu foi, portanto, a idéia de aumentar e consolidar as relações cooperativas, cuja maior expressão foi as relações Brasil-África.

#### **As relações Brasil-África: eixo da cooperação sul-atlântica**

O projeto de cooperação do Brasil com o continente africano ocorreu de forma gradativa e correspondeu à importância que adquiriu o continente no âmbito do sistema internacional após o processo de descolonização que se iniciou na década de 50/60 e até 1975 (colônias portuguesas). Nesse sentido, a atitude brasileira revelou-se bastante promissora pois tratava-se de ampliar a inserção internacional do Brasil, colocando a África no centro da afirmação brasileira de potência regional, reforçada com a concepção de um novo conceito de vizinhança: a “fronteira oriental”, cuja contigüidade é favorecida pelo Atlântico Sul.

A meta da política africana, definida formalmente durante o governo do Gal. Ernesto Geisel (1974-1978), era assegurar uma maior complementaridade política e econômica que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. Nesse sentido, as relações Brasil-África tiveram um duplo propósito: ampliar a presença brasileira no continente africano, como substituto às ex-potências coloniais; e projetar o Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento. Neste sentido, introduziu-se como uma das principais pautas da política exterior do Brasil, a multilateralidade horizontal Sul-Sul.

O afrouxamento do alinhamento às doutrinas de segurança hemisférica e a redefinição das relações com os Estados Unidos, foram os aspectos que conduziram o Brasil a uma maior aproximação com os países do Terceiro Mundo e com a África em particular. A partir daí, a política africana constituiu-se num espaço privilegiado da inserção internacional brasileira. Em termos econômicos, ela foi percebida como uma estratégia para o país ganhar maior autonomia em sua própria formação de capitais. Em termos políticos, buscou-se projetar o Brasil como liderança do Terceiro Mundo, a partir da veiculação da imagem do país como primeira civilização industrial dos trópicos, com tecnologias apropriadas às realidades subdesenvolvidas, de índole pacifista, anti-imperialista e etnicamente multirracial.

O recrudescimento do protecionismo dos países industrializados contra os produtos manufaturados brasileiros, sobretudo por parte dos Estados Unidos, e as rivalidades regionais com a Argentina também contribuíram para reforçar a política africana do Brasil, em decorrência também da relativa receptividade dos países africanos à presença brasileira naquele continente (OLIVEIRA, 1987). Assim, através das relações Brasil-África, criava-se no Atlântico Sul uma concepção de cooperação regional que permitiu, mesmo nos períodos de crise econômica, como o foi o problema da dívida externa nos anos 80, garantir espaço de manobra autônoma para o Brasil e os países africanos, junto ao sistema internacional.

De modo geral, a política africana foi uma clara demonstração da capacidade governamental de manter um projeto de longo prazo, com ganhos significativos para o país, que se tornou uma das principais lideranças do Terceiro Mundo, em sua luta para “descongelar” o poder mundial e democratizar as relações internacionais. No Atlântico Sul, os ganhos diplomáticos foram a sua transformação em zona de paz e cooperação, em

substituição à perspectiva de militarização, constituindo-se na maior conquista da política africana do Brasil (SARAIVA, 1996:215).

A Zopacas foi o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira. Foi em suma, a materialização da herança atlântica-africana e que resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membros desta Zona. As dificuldades de constituição e projeção do poder naval do Brasil e dos demais países costeiros, como bem demonstrou a Argentina por ocasião da Guerra das Malvinas, alargou a visualização do Atlântico Sul como bacia de cooperação, utilizando-se a Zopacas como um dos principais eixos de referência político-diplomático, conjuntamente aos organismos de integração regional em formação nos dois continentes.

### **Construindo a bacia do Atlântico Sul em tempos de globalização**

Com o fim da guerra fria na região, as modificações no cenário internacional removeram algumas das principais motivações das iniciativas da Zopacas e, simultaneamente as orientações de cooperação Sul-Sul. Ao mesmo tempo, com a nova configuração geopolítica planetária, que privilegia o Norte como centro hegemônico tanto no plano militar -através do Conselho de Segurança da ONU -; quanto econômico – o Grupo dos 7 (ou 8, com a inclusão da Rússia), reunidos em blocos supranacionais e centro produtor dinâmico –, verifica-se um aprofundamento da defasagem militar e científico-tecnológica do Norte em relação aos países do Sul.

No Atlântico Sul, as premissas da globalização materializam-se de forma agravada acarretando a sua indefinição enquanto região potencialmente integrada, nos marcos dos processos cooperativos. Esta indefinição pode ser avaliada através das variáveis estratégica, econômica e política.

a) Em termos estratégicos, a timidez da presença naval por parte dos países da região, decorrentes das tendências de redução da capacidade operacional das marinhas do Brasil, Argentina, África do Sul e Nigéria, por obsolescência ou devido a cortes orçamentários, convive com a presença das potências marítimas, principalmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha na região.

Os cortes orçamentários das políticas de defesa dos países sul-atlânticos, é um risco para um retorno à situação de dependência da capacitação naval das grandes potências. O risco, neste particular, se manifesta através das pressões feitas pelas potências extra-regionais, para que transformem suas forças navais em milícias armadas para combater o narcotráfico. Esta pressão é ostensivamente defendida pelos Estados Unidos, sob a alegação de que o países do Atlântico Sul não tem ameaças externas o que induz a constatação de que sua defesa é garantida por eles (VIDIGAL, 1997:55).

Para garantir uma maior autonomia, a Marinha brasileira tem procurado desenvolver uma capacidade oceânica com vistas a assegurar a defesa dos principais interesses brasileiros no mar (as rotas comerciais brasileiras, a zona costeira e as ZEEs). A construção do submarino nuclear, nesse sentido, faria do Brasil uma “potência naval compatível com os interesses brasileiros no mar e com a vulnerabilidade marítima do país” (FLORES, 1988).

Entretanto, existe uma polêmica entre os próprios estrategistas da Marinha brasileira sobre as principais motivações e sobre as situações objetivas que justificassem o seu emprego, os potenciais adversários, os interesses vitais a proteger e as vontades dos atores para custeá-lo financeiramente, e ainda aceitar as conseqüências políticas da decisão de aquisição. Além disso, deveria haver um convencimento dos países da região da importância política desta aquisição, sobretudo considerando que os interesses nacionais não são necessariamente convergentes com os demais países integrantes da bacia sul-atlântica. No caso da Argentina, por exemplo, os problemas específicos do país envolvem as disputas com o Chile e Grã-Bretanha sobre a posse das ilhas austrais e a sua projeção na Antártida.

A Zopacas pretende coordenar as políticas de defesa comum, mas com insuficientes avaliações do grau de risco a que estão submetidos os países ribeirinhos. Isso, de certo modo, abre margem para a presença das grandes potências, justificada pela necessidade de proteger as suas rotas de comunicação marítima que passam pelo Atlântico Sul, em direção ao Índico e Pacífico.

A importância do Atlântico Sul como rota marítima permanece como variável estratégica importante decorrente das facilidades de comunicações inter-oceânicas e pela presença de inúmeras ilhas que servem de base de apoio aero-naval para projeções sobre a África, América do Sul e Antártida, e para proteger o fluxo de matérias-primas e petróleo oriundo do Golfo Pérsico. Devido às suas características geográficas e náuticas, a bacia do Atlântico Sul, permite o transporte marítimo rápido de grandes volumes comerciais, sobretudo pela rota do Cabo por onde passam 66% do petróleo europeu e 26% norte-americano.

b) Em termos econômicos, os esforços de cooperação sul-atlântica são confrontados pelas forças da globalização, que se manifesta através da dispersão dos interesses nacionais (como o projeto de “global trader” brasileiro) e na institucionalização de blocos sub-regionais (SADC, Mercosul e CEDEAO) e continentais como a Associação de Livre Comércio das Américas. O esmorecimento das relações Brasil-África, um dos principais eixos da cooperação sul-atlântica, também colabora para que a perspectiva de consolidar a bacia econômica não se efetive. Na avaliação de Sardemberg:

*“...o que poderíamos fazer no Atlântico Sul, apesar de todas as dificuldades e desigualdades, senão desenvolver um novo tipo de regionalismo? Nossa região nunca realizará seu enorme potencial se nossos países continuarem mantidos a parte e isolados uns dos outros. Nós temos de fortalecer nossos laços econômicos e políticos, para alcançarmos o novo século. Os esforços de construção da bacia de cooperação, deveriam ser colocado no processo de globalização, o que quer dizer, dentro do processo de mudanças da estrutura mundial de produção e do modelo de consumo” (SARDEMBERG, 1996:240).*

Mas orientar o vetor de construção da bacia do Atlântico Sul exclusivamente em torno da “globalização”, representa um risco pois significa agravar o quadro de subordinação dos países da região às políticas das grandes potências. Isso porque como as forças da globalização originam-se no Norte, sobretudo dos Estados Unidos, considerados como a única superpotência ao mesmo tempo, militar e econômica, tratar-se-ia de adequar o quadro geopolítico regional à perspectiva do Setentrião, e não o contrário. Isso de certo modo,

invalidaria os esforços efetuados pelos países da região de defenderem uma visão própria de seus interesses nacionais vis-à-vis às grandes potências do Norte.

Paradoxalmente, apesar do nome, a globalização não propõe uma unificação do mundo, mas uma visão dualista formada por um centro desenvolvido e uma periferia em “vias de desenvolvimento”. Em termos geográficos, ela se manifesta pela bipolaridade Norte-Sul. Haushofer foi sem dúvida o que melhor observou a verticalidade do sistema internacional, sublinhando a continuidade entre a Europa e a África (a “Euráfrica”) e entre a América do Norte e a América do Sul (a “Panamérica”). Esta divisão ainda se mantém na atualidade, constituindo-se o Atlântico Sul em “área de influência” para as potências ocidentais, organizadas em mega-blocos regionais (Europa Unificada e Nafta).

Para a visão setentrional, o Atlântico Sul é uma área de produção de matérias-primas e de aprovisionamento em materiais estratégicos para as economias ocidentais e como escoadouro da produção oriunda de outras bacias. Ou seja, uma área de expansão econômica e cultural sem a qual o mundo norte-atlântico seria asfíxiado (ALMEIDA, 1987:490). A inserção da região no processo de globalização, nesta perspectiva, resume-se a servir como rota comercial e como mercado dos centros econômicos mais desenvolvidos.

c) Em termos políticos, apesar dos esforços de fortalecimento da cooperação, expresso pela Zopacas, existem claras dificuldades em materializar esta cooperação em bases mais sólidas “...que a transformem em uma teia sobre o Atlântico Sul, gravado de forma indelével no *mind set* dos governantes, dos formadores de opinião e das sociedades dos dois lados do Oceano (GOMES DA COSTA, 1996:227). Embora esta característica da fragilidade do Atlântico Sul, como palco de interações de frentes continentais, não é exclusiva do Atlântico Sul pois outras bacias, como a do Pacífico, também se apresenta como modelo indefinido. No Atlântico Sul esta característica é realçada em decorrência das diversas concepções existentes sobre o seu real significado geográfico: enquanto meio de ligação e no sentido de identificar sua consistência enquanto conceito integrador.

Para alguns analistas argentinos, por exemplo, o conceito geográfico de bacia não sustenta a tese da construção de identidade regional definida. Para o Capitão de Mar-e-Guerra da Marinha argentina José Maria Cohen, o Atlântico Sudeste (África Subsahariana) e o Atlântico Sudoeste (América do Sul), constituem-se em entidades geopolíticas virtualmente independentes, tanto em termos culturais; quanto em termos econômicos - em função dos diferentes estágios de desenvolvimento verificada entre ambas as margens. Além disso, para ele “*o fato de ser um eixo de comunicação Norte-Sul, não apenas não vincula os de uma costa a outra, senão que de fato os separa; de modo que falar por ora de uma área sul-atlântica com uma significação que vá mais além da geográfica é abusar de uma semelhança formal com o outro hemisfério*” (COHEN, 1988:400). Na perspectiva do autor, a falta de uma identidade cultural entre a Argentina e Uruguai com os países africanos, impede a consolidação de laços regionais mais efetivos, pois estariam excluídos dois países-chaves para a construção do Atlântico Sul como bacia de amplas interações.

Para o Brasil, o discurso retórico da cooperação sul-atlântica confronta-se com problemas de natureza estrutural como a falta de uma mentalidade marítima, que desperte o interesse político da sociedade como fator de desenvolvimento do país. O mar, nesta perspectiva, é

visualizado apenas como divisor das frentes continentais, como fonte de lazer e turismo, e no sentido de aproveitamento dos recursos pesqueiros e petrolíferos, restritos à plataforma continental. Em certos setores governamentais, permanece, contudo, a idéia de “fronteira oriental” do Brasil, graças às relações com a África que embora esmorecida nestes tempos de globalização, é uma variável constante no discursos oficiais brasileiros.

A partir das análises destas variáveis, percebe-se que o Atlântico Sul continua a caracterizar-se como rota marítima -por conta do comércio de petróleo, via rota do Cabo; e por um relativo vazio estratégico, decorrente da dispersão de interesses e projeções dos países da região. A perspectiva de constituição da bacia econômica no Atlântico Sul permanece ainda, apenas no plano virtual, apesar dos esforços político-diplomáticos em fomentar a Zopacas como base da cooperação na região. Como bem apontado por Sardenberg:

*“...o processo de reconstituição do Atlântico Sul, como região, é incipiente e claramente retardatário. Perdemos todos muito tempo, especialmente no núcleo histórico da região, que é composto pelas relações oceânicas entre os países sul-atlântico, de expressão portuguesa, e as que ligam o Brasil a outros países do Golfo da Guiné” (SARDEMBERG, 1996:37):.*

Como nem todos os países sul-atlântico têm a herança de haver mantido laços oceânicos tão resistentes, propõe que o enfoque da bacia seja mais abrangente, de forma a torná-la realmente dinâmica. Na sua concepção, a bacia do Atlântico Sul pode ser construída inicialmente através de quatro eixos principais: Argentina e Brasil, na margem oeste; e África do Sul e Angola, na margem leste, justamente os vértices da SADC e Mercosul.

O esforço brasileiro de acentuar suas relações com os países de língua portuguesa e com os países membros da SADC, são passos decisivos para reforçar a identidade do Atlântico Sul, na sua parte mais meridional. Mas, uma mera redução de escalas não implica necessariamente no fortalecimento da idéia de Atlântico Sul como bacia de interações, mesmo porque estas vinculações ainda não estão suficientemente estruturadas.

A ausência de uma referência estratégica, mais ampla, que oriente os projetos de cooperação na direção Sul-Sul, com as crises de identidades dos “Não-Alinhados” e do “Grupo dos 77” (MOUSSA, 1994), também impede que as declarações de intenções se convertam em medidas efetivas.

Numa perspectiva renovada das relações Sul-Sul, a construção da bacia econômica do Atlântico Sul, tem de contemplar os diferentes estágios de desenvolvimento dos países ribeirinhos mas com problemas comuns, particularmente àqueles referentes as dificuldades em superar a sua impotência face às avassaladoras pressões globalizantes. Nesse sentido, seria preciso que o arcabouço institucional da Zopacas tivesse um estatuto mais bem definido, no intuito de inserir a bacia sul-atlântica como referência válida projetada na política mundial. Para o assessor da pasta ministerial do governo sul-africano Aziz Pahad a Zopacas, neste particular, pode se constituir num dos blocos do edifício da cooperação Sul-Sul. Para tanto, é preciso que os governos dos países sul-atlântico envidem mais esforços

no sentido de “*garantir que o progresso que estamos experimentando na Zopacas seja paralelo ao que esta sendo feito na região do Oceano Índico, para fortalecer a voz do Sul nos fóruns internacionais*”<sup>1</sup>.

Sob esta ótica, os problemas mais objetivos como narcotráfico, migrações, degradação ambiental e pesca predatória, seriam tratados de forma mais transparente e coordenados. Outros temas vinculados à problemática do desenvolvimento como a questão da dívida externa, transferência de tecnologia e de capitais do Norte para o Sul, por serem problemas comuns a todos os países do Sul, a sua solução vai depender de uma articulação mais ampla de Estados no sentido de exercer meios de pressão mais eficazes junto aos organismos multilaterais (ONU, FMI, OMC, fóruns ambientalistas, entre outros).

Por fim, a formação de uma bacia econômica tem que considerar o eixo histórico brasileiro-africano, que dá a ela identidade e consistência, particularmente no tocante aos projetos de cooperação. As transformações verificadas na atualidade na África, abrem amplas perspectivas para a uma maior cooperação do Brasil com este continente.

No âmbito multilateral, a formação dos organismos regionais como a SADC, Mercosul e CEDEAO e as negociações governamentais de maior articulação entre esses blocos, atenderiam a um mercado de cerca de 400 milhões de pessoas, um PIB de cerca de US\$ 1,5 trilhão e inúmeras riquezas minerais. A importância do Brasil, Argentina, Nigéria e África do Sul, como pólos de desenvolvimento regional, abrem perspectivas para um maior intercâmbio nos campos da infra-estrutura e de transferência de tecnologia a fim de revertê-las para benefício dos demais países da região. O escopo desta cooperação extravasaria o plano territorial para se encontrar nas águas do Atlântico Sul, através do desenvolvimento da indústria pesqueira, da construção naval, e da utilização de tecnologia para exploração dos nódulos polimetálicos e recursos “off shore”.

## **Conclusão**

Como considerações finais, cumpre dizer que a idéia de estudar as bacias econômicas como tema de pesquisa geográfica, reveste-se de sua importância como meio de desenvolvimento, de paz e de cooperação que pode contribuir para distender as tensões e os conflitos mundiais. Isso porque sendo o mar menos “temperamental” que as fronteiras terrestres, constitui-se ao mesmo tempo como importante espaço de interações sociais principalmente no presente, devido ao progressivo estabelecimento do estatuto internacional do mar.

Além deste aspecto, os estudos das bacias oceânicas permitem visualizar uma nova regionalização do espaço mundial, dividido em cinco grandes bacias oceânicas: a do Atlântico Sul; Atlântico Norte; Pacífico Norte; Pacífico Sul; e Índico. Em termos metodológicos, isso permitiria perceber uma nova organização do espaço mundial que não se restringisse às perspectivas tradicionais de dicotomizar o mundo em torno das bipolaridades, Norte-Sul, desenvolvidos-subdesenvolvidos, países corpos-países-cabeças. Em termos operacionais, revelaria a importância da construção de novos espaços geográficos vinculados às premissas da utilização e conservação dos oceanos, temas os quais o meio acadêmico brasileiro não pode deixar de refletir.



## **Bibliografia**

ALENCASTRO, LUIZ FELIPE (1985-6) “Le Commerce des Vivants: Traite d’Esclave et “Pax Lusitane” dans l’Atlantique Sud”; Paris, *Tese de Doutorado*

ALMEIDA, PAULO ROBERTO (1987). “Geoestratégia do Atlântico Sul: Uma Visão do Sul”. *Política e Estratégia*, São Paulo, v.5, n.4.

BUTEL, PAUL (1997). *Histoire de l’Atlantique*. Paris, Perrin.

COHEN, JOSÉ MARIA (1988). “Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias Sobre as Formas de Implementação e Participação Comum”. *Política e Estratégia VI*, 3, jul./set.

COUTAU-BÉGARIE, HERVÉ (1985). *Géostratégie de l’Atlantique Sud*. Paris, P.U.F.

FLORES, MÁRIO CÉSAR (1988). “O Preparo da Marinha dos Próximos 10 a 30 Anos: Dúvidas, Comentários e Sugestões”. *Revista Marítima Brasileira*, 108, 1/3, jan./mar.

GOMES DA COSTA, THOMAS (1996). “Avaliação Estratégica da Segurança Internacional no Atlântico Sul: Passado e Perspectivas Futuras”. In: GUIMARÃES, SAMUEL PINHEIRO (org.): *Seminário Internacional Brasil-África do Sul*. Rio de Janeiro, Cnpq/IPRI.

MOURÃO, FERNANDO A.A (1991). “O Eixo do Atlântico Sul e os Novos Vetores do Sistema Internacional”. *Cadernos Cândido Mendes*, Rio de Janeiro, N° 20, Junho.

MOUSSA, PIERRE (1994). *Caliban Naufragé: Le Relations Nord-Sud à la Fin du XX<sup>me</sup> Siècle*. Paris, Fayard.

OLIVEIRA, HENRIQUE A (1987). “Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África”. São Paulo, FFLCH/USP. *Tese de Doutorado*.

RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO (1961). *Brasil e África: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*.

SARAIVA, JOSÉ FLÁVIO S. (1996). *O Lugar da África*. Brasília, UNB.

SARDEMBERG, RONALDO (1996). “Globalização: Visão do Atlântico Sul”. *Revista Nação e Defesa*, n° 80, Lisboa, p.53

VIDIGAL, V.ALM. ARMANDO(1997). “Atlântico Sul: Uma visão Brasileira”. *Revista da Escola Superior de Guerra*.

VIGARIÉ, ANDRÉ. *Géostratégie des Océans*. Caen, Paradigma, 1990.

## **Nota Bibliográfica:**

<sup>1</sup>PAHAD, AZIZ. "Statement by the Deputy Minister of Foreign Affairs and Leader of the South African Delegation at the Fourth Ministerial Meeting of Member States of the Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic" Somerset West, 1 de abril de 1996.